



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

DOCUMENTO I – RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO, TERMOS DE REFERÊNCIA, PROGRAMAÇÃO

Município de Arcos de Valdevez

DOCUMENTO I – RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO, TERMOS DE REFERÊNCIA, PROGRAMAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	4
3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E OUTROS PROGRAMAS E PLANOS A PONDERAR NA 2.ª REVISÃO DO PDMAV.....	5
4. OPORTUNIDADE E OBJECTIVOS PROGRAMÁTICOS	6
5. TERMOS DE REFERÊNCIA.....	8
6. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL	10
7. BASE CARTOGRÁFICA	13
8. CALENDARIZAÇÃO E CRONOGRAMA	14
9. NOTAS FINAIS	16

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, consubstancia a definição da oportunidade e dos termos de referência para a **2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez**, adiante designado apenas por PDMAV, em conformidade com a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que define, no seu art.º 95.º, o Plano Diretor Municipal, como o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e do urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

A referida nova lei de bases de política pública de solos, e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, procederam a uma reforma estruturante, quer do ponto de vista dos conteúdos, ao definir um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, quer no que respeita ao seu sistema jurídico, na medida em que apresenta uma visão conjunta dos sistemas de planeamento e dos instrumentos de política de solos.

Os referidos diplomas instituíram um novo sistema de classificação de solo, solo urbano e solo rústico, que assenta numa lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano, ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável. Por sua vez a reclassificação do solo como urbano é limitada ao indispensável e sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, assente numa opção de planeamento necessária e devidamente programada. Constitui também objetivo da referida lei de bases de política pública de solos, o enriquecimento do sistema de gestão territorial através da distinção regimentar entre programas e planos, traduzindo-se na diferenciação material entre, as intervenções de natureza estratégica de natureza central e as intervenções na administração local, de carácter dispositivo e vinculativo dos particulares.

A revisão dos programas e dos planos territoriais implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do programa ou do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais, conforme o definido no n.º 3 do art.º 115.º do RJIGT.

Define ainda o disposto no art.º 124.º do RJIGT, que a revisão dos programas e planos territoriais, nos quais se inclui a revisão dos planos municipais de ordenamento do território, decorre da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em consideração o relatório sobre o estado do ordenamento do território.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A 1.ª Revisão do PDMAV, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 237 de 10 de dezembro de 2007, foi objeto de duas alterações, a 1.ª alteração publicada em Aviso n.º 8646/2015 de 22 de julho de 2015, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 153 de 07 de agosto de 2015, consistindo na expansão da Área Empresarial das Mogueiras e a 2.ª alteração publicada em Aviso n.º 8566/2018, no Diário da República, 2.ª série n.º 119, de 22 de junho, decorrente da aplicação do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), por forma a enquadrar as operações urbanísticas cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada, tomada em conferência decisória, realizada ao abrigo do artigo 11.º do regime jurídico referido, e demonstrem cumprir com as condições de regularização que hajam sido impostas.

Decorridos mais de 10 anos da publicação da 1.ª Revisão do PDM de Arcos de Valdevez, é necessário, agora, proceder à 2.ª revisão, de modo a adaptá-lo, até 13 de julho de 2020, às significativas alterações introduzidas pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento de Território e de Urbanismo, pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e ainda pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho, quer no que respeita à transposição dos conteúdos dos planos especiais de ordenamento do território aplicáveis à área territorial do concelho, nomeadamente Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) e Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto-Lindoso (POATAL), quer no que respeita à classificação do solo, conforme o definido no n.º 2 do art.º 199.º do RJIGT.

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E OUTROS PROGRAMAS E PLANOS A PONDERAR NA 2.ª REVISÃO DO PDMAV

Os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, nos termos da Constituição e da lei, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional, e com opções próprias de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso de solo e a respetiva execução, e devem desenvolver e concretizar, de acordo com o n.º 3 do disposto no art.º 44.º da LBGPPSOTU, as orientações definidas nos programas territoriais preexistentes de âmbito nacional ou regional, com as quais se devem compatibilizar.

Assim no âmbito da 2.ª Revisão do PDMAV, deverão ser considerados os seguintes instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
- Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto-Lindoso (POATAL)
- Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG)
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)

De salientar ainda que no âmbito municipal, serão observados os seguintes programas e planos:

- Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC)
- Plano de Dinamização Estratégica do concelho de Arcos de Valdevez – PDEAV
- Plano Estratégico do Município de Arcos de Valdevez
- Plano Municipal de Soluções Integradas de Mobilidade para todos (PMSIM)

4. OPORTUNIDADE E OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS

Ao longo de mais de 12 anos da entrada em vigor da 1.ª Revisão ao PDMAV, este instrumento de gestão territorial foi objeto de duas alterações, decorrentes das perspetivas de desenvolvimento económico e alterações legislativas, nomeadamente com a expansão da Área Empresarial das Mogueiras e da entrada em vigor do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERA).

No que concerne à concretização da programação prevista no PDMAV, o Relatório de Avaliação revela um nível adequado de concretização, sendo dada ênfase à necessidade do desenvolvimento de medidas com vista a atingir os objetivos estratégicos, integrando agora as novas regras legais e regulamentares aplicáveis.

Do novo quadro legislativo e regulamentar a considerar na revisão do PDM, importa destacar os seguintes diplomas:

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterado pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto (LBGPPSOTU) - estabelece as bases gerais da política pública de solos, do ordenamento do território e de urbanismo.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (NRJIGT) – desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.
- Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro, diploma que aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM).
- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – define os critérios de classificação a observar na classificação do solo, assente na diferenciação entre as classes de solo rústico e do solo urbano, bem como os princípios fundamentais da compatibilidade de usos, a observar na qualificação do solo.
- Decreto Regulamentar n.º 5/2019 - procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, designadamente, os relativos aos indicadores e parâmetro, bem como à simbologia gráfica a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.
- Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto, procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte.
- Decreto –Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro – que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, que estabelece os termos para a elaboração,

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

aprovação, revisão e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

- Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, e estabelece o regime jurídico dos bens que integram o domínio público rodoviário do Estado.
- Decreto n.º 4/2018, de 15 de janeiro - Classificação como monumento nacional a Paisagem Cultura de Sistelo, na freguesia de Sistelo e Portaria n.º 45/2018, de 18 de janeiro, Fixação das restrições.

5. TERMOS DE REFERÊNCIA

Efetivamente, a 2.ª revisão ao PDMAV, pretende essencialmente, dar resposta às imposições do novo quadro legislativo, definido pela LBGPPSOTU, pelo NRJIGT e PROF EDM, mas também pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI, procedendo também às correções materiais decorrentes de erros, omissões ou lapsos identificados no regulamento e eventualmente na representação gráfica do plano.

Assim, considera-se que na 2.ª Revisão ao PDM, para além de se proceder às alterações e transposição normativa, determinada pela lei, dever-se-á também potenciar as oportunidades identificadas no Relatório de Avaliação do PDMAV, das quais se salientam:

- Dar continuidade à requalificação das áreas centrais dos aglomerados urbanos, bem como dos edifícios públicos e dos equipamentos de utilização coletiva promovendo, entre outras a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada;
- Colmatar e estruturar os espaços urbanos (áreas de expansão urbana), que disponham de adequados níveis de infraestruturação, com o objetivo de reforçar as funções urbanas neles instaladas e ou a instalar;
- Reforçar as políticas de habitação e de coesão social, dando continuidade à construção de habitação a custo controlados ou de cariz social, bem como a destinada a arrendamento jovem /renda acessível, privilegiando, neste particular, a reabilitação do edificado existente;
- Valorização dos aglomerados das zonas de montanha, garantido a preservação das suas características histórico, patrimoniais, ambientais e paisagísticas, reforçando o estatuto do concelho de Arcos de Valdevez nesta matéria, enquanto parte integrante Parque Nacional Peneda Gerês. Promover ainda a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;
- Promoção do território, enquanto fator diferenciado, para o desenvolvimento de atividades turísticas, agroflorestais, pecuária e outras com interesse relevante para o tecido económico e social do concelho, diversificando a oferta sustentada nos recursos naturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos, com garantia da valorização do ambiente e da paisagem;
- Dar continuidade à estratégia adotada, no âmbito de acolhimento empresarial, com a consolidação e valorização das áreas industriais/empresariais existentes, bem como com a expansão e ou criação de novas áreas;
- Consolidação da rede de equipamentos sociais, culturais, desportivos, recreativos e de lazer;

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

- Combater o despovoamento demográfico e abandono de solos agrícolas e consequente degradação ambiental, com recurso a políticas públicas municipais que potenciem o desenvolvimento atividades económicas, nomeadamente na área do turismo, agrícola, pecuária e outras;
- Estabelecer prioridades e ações no espaço rural, de valorização ambiental, paisagística e de biodiversidade, de utilização do solo, de acordo com a sua natureza e aptidão, assumindo particular importância o Plano Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- Reforçar a Gestão Ativa e Participada dos Sítios da Rede Natura 2000 no Concelho;
- Assegurar a integração da adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território e das áreas urbanas, considerando o sistema de gestão territorial, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos;
- Reforçar a proteção e o aproveitamento dos recursos hídricos, e dar continuidade à promoção e utilização de energias de fonte renovável;
- Promover a melhoria da mobilidade da rede de transportes, com particular atenção às áreas periféricas do concelho, nomeadamente os aglomerados de montanha, por forma a garantir uma adequada mobilidade no concelho. Na eventualidade, de esta temática ser abordada, ao nível da CIM do Alto Minho, numa lógica de coesão social e territorial, assegurar que as especificidades e necessidades do concelho de Arcos de Valdevez, sejam respeitadas;
- Melhoria da rede de infraestruturas básica e viárias, com a manutenção da rede viária municipal e reavaliação da classificação e hierarquização da mesma;
- Ampliação e conclusão da rede de abastecimento de água e saneamento básico a todos os aglomerados urbanos com perímetro definido.

6. CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL

O conteúdo documental do PDMAV distinguir-se-á entre os elementos que constituem o plano, que são objeto de publicação no diário da república, e os elementos que o acompanham, conforme definidos nos artigos 96.º e 97.º do RJIGT.

1. O conteúdo material da 2.ª revisão do PDMAV, definirá o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e correspondente modelo de organização territorial, dispondo nomeadamente sobre:

- a)** A caracterização, ou atualização económica, social e biofísica;
- b)** Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;
- c)** Os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações proposta;
- d)** A referenciação espacial dos usos e das atividades;
- e)** A definição de estratégias e dos critérios de localização, de distribuição e de desenvolvimento das atividades industriais, turísticas;
- f)** A identificação e qualificação do solo rústico;
- g)** A identificação e qualificação do solo urbano;
- h)** A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação;
- i)** Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão;
- j)** Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística;
- k)** A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor;
- l)** A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano;
- m)** A identificação de condicionantes de carácter permanente;

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

- n)** A identificação e delimitação das áreas de salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;
- o)** As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre as áreas degradadas em geral;
- p)** A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;
- q)** A proteção e salvaguarda de recursos e valores naturais, que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;
- r)** O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

2. O conteúdo documental:

2.1. O PDMAV é constituído por:

Volume I

- a) Regulamento;**
- b) Planta de Ordenamento,** representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definida e ainda, a delimitação de zonas de proteção e salvaguarda dos recursos e valores naturais;
- c) Planta de Condicionantes,** identificando as servidões e restrições de utilidade pública em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do território.

2.2. O PDMAV é acompanhado por:

Volume II

- a)** Relatório da proposta;
- b)** Programa de Execução;
- c)** Plano financeiro e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- d)** Indicadores qualitativos e quantitativos que suportam a avaliação da adequação e concretização prevista no PDM;
- e)** Relatório ambiental.
- f)** Elementos complementares:
 - Planta de enquadramento regional;
 - Planta da situação existente com a ocupação do solo;

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

- Carta de Estrutura Ecológica Municipal;
- Carta de Valores Naturais (Rede Natura 2000);
- Carta do Património;
- Planta e relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Mapa de ruído;
- Ficha dos dados estatísticos.

Volume III

- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação

Volume IV

- Carta Educativa;
- PMDFCI;
- PMEPC.

7. BASE CARTOGRÁFICA

A cartografia a utilizar na revisão do PDMAV é a seguinte:

- a) Cartografia de Base:** A cartografia de base a utilizar será a cartografia topográfica vetorial à escala 1:10000, elaborada em observância das normas e especificações técnicas definidas pela Direção-Geral do Território (DGT), e homologada por despacho de 12/11/2019, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 130/2019 de 30 de agosto.
- b) Cartografia Temática:** A cartografia temática será obrigatoriamente produzida com base na cartografia topográfica vetorial homologada e em cumprimento das normas e especificações técnicas definidas pelas entidades competentes, conforme definido no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 130/2019 de 30 de agosto.

Toda a cartografia utilizada deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 130/2019 de 30 de agosto.

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

8. CALENDARIZAÇÃO E CRONOGRAMA

Relativamente ao prazo, propõe-se que seja fixado o prazo de 24 meses, sem prejuízo da necessidade de dar cumprimento aos prazos legais para inclusão dos critérios de classificação do solo e transposição dos planos especiais e adaptação dos planos sectoriais, estabelecidos ou a estabelecer, acautelando desde já eventuais alterações dos referidos prazos, face ao carácter vinculativo do prazo ao RJIGT. Este prazo pode no entanto, nos termos do art.º 76.º do RJIGT, ser prorrogado por igual período.

Assim, atendendo à necessidade do cumprimento dos prazos legais, a calendarização apresentada tem em consideração a observância do prazo limite para a conclusão do procedimento.

1. Deliberação da Câmara Municipal (CM)((8 - Aprovação do Relatório da Avaliação (n.º 2 do art.º 202.º do RJIGT) Apreciação e votação do relatório de fundamentação e termos de referência (n.º 3 do art.º 76.º do RJIGT) Abertura de procedimento da 2.ª revisão do PDMAV (n.º 1 do art.º76.º e n.º 7, do art.º89.º do RJIGT)	Nov.2019
2. Publicação de aviso e divulgação do início do período da participação pública	Dez.2019
3. Reunião preparatória (art.º4.º, Portaria 277/2015)	Jan.2020
4. Constituição da Comissão Consultiva	
5. Elaboração de estudos de caracterização (art.º 76.º do RJIGT)	Fev.2020
6. Elaboração proposta do plano (art.º 76.º do RJIGT)	
7. Elaboração do relatório ambiental	
8. Análise e aprovação da CM para enviar à CCDR-N	
9. Disponibilizar a documentação à CCDR-N ((art.º 76.º do RJIGT)	Mar.2020
10. 1.º reunião plenária (n.º3, art.º 86, a), n.º 1, art.º 13.º, Portaria 277/2015)	
11. Consolidação dos estudos de caracterização (art.º76.º)	Mar.2020
12. Consolidação da proposta de plano (art.º 76.º, art.º97, art.º 118 .º e art.º 112.º do RJIGT))	
13. Consolidação do relatório ambiental	
14. Análise e aprovação da CM para enviar à CCDR-N	
15. Disponibilizar a documentação à CCDR-N (n.º3, art.º86.º)	Mar.2020
16. 2.ª Reunião plenária: conferência procedimental (n.º3, art.º 86.º, a), n.º 1, art.º 13, Portaria 277/2015)	Abr.2020
17. Emissão do parecer final da CCR-N (art.º 85.º do RJIGT)	Abr.2020
18. Concertação com as entidades desfavoráveis (n.º 1, art.º 87.º do RJIGT) (eventual)	
19. Elaboração da proposta a submeter a discussão pública (n.º 2 do art.º 87.º do RJIGT)	
20. Análise e aprovação da CM da versão a submeter a discussão pública (n.º 7 do art.º 89.º do RJIGT)	
21. Publicação de aviso de início do período de discussão pública (n.º 1, art.º 89.º do RJIGT)	Mai.2020

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

22. Período de discussão pública (n.º2, art.º89.º e a), n.º4 , art.º 191.º do RJIGT)	
23. Ponderação e resposta às sugestões/reclamações da discussão pública (n.º6 do art.º89.º do RJIGT)	
24. Elaboração do relatório de ponderação da discussão pública (n.º6 do art.º89.ºdo RJIGT)	Jun.2020
25. Elaboração da versão final da proposta do plano discussão pública (n.º6 do art.º89.º do RJIGT)	
26. Análise e aprovação da CM para enviar à Assembleia Municipal(AM)	
27. Envio da versão final da proposta do plano à Assembleia Municipal (n.º 7 do art.º 89.º)	Jun.2020
28. Deliberação da AM (discussão pública (n.º6 do art.º89.º do RJIGT)	
29. Disponibilização do plano, versão atualizada, no sítio oficial do Município (n.º1, art.º 94.º)	
30. Divulgação da aprovação do plano (n.º 2, art.º 192.º)	Jul.2020
31. Envio do plano à CCDR-N e à DGT, para depósito (art.º193 e seguintes do RJIGT)	

Município de Arcos de Valdevez

2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

9. NOTAS FINAIS

Este documento tem como objetivo, fundamentar e proceder à definição da oportunidade e dos termos de referência subjacente à 2.ª Revisão do PDMAV, nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do art.º 76.º do RJIGT, obedecendo o procedimento ao cumprimento do estipulado na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que regula a constituição, composição e funcionamento das Comissões Consultivas, constituindo um dos documentos a disponibilizar na plataforma colaborativa, pelo Município de Arcos de Valdevez, enquanto entidade responsável pela elaboração do Plano, durante o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Consultiva.